

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 131

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE SETEMBRO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob nº 1190/2001, do senhor Ricardo Augusto Cunha Smijntink, secretário de Estado da Administração e

da Previdência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Moysés Leônidas, que pede esclarecimentos sobre “o não pagamento dos avanços - promoções de carreira”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob nº 245/2001, da senhora Mirian de Fátima Zaninelli Wellner - diretora geral e secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “situação funcional do professor Alfredo Luiz Teixeira Soares Braga”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob nº 857/2001, do senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre “existência de projeto técnico de pavimentação asfáltica da estrada ligando Dois Vizinhos a Nova Prata do Iguaçu”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob nº ATCC 771/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre “Fundo da Assistência ao Trabalhador - FAT”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob nº 085/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destinados à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil, no meses de abril, maio, junho e julho/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob nº 3188/2001, da senhora Solange Maria de Fátima Gomes Paiva Castro, diretora de Disseminação de Informações Educacionais Ordenadora de Despesa do INEP, comunicando convênio com a Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de realizar o Censo Escolar 2001, com envolvimento de todas as redes de Ensino desse Estado, no valor de R\$113.033,75 (cento e treze mil trinta e três reais e setenta e cinco centavos). **Ao conhecimento da Casa.**

Telex:

TELEX

Do senhor ministro Celso de Mello, relator do Supremo Tribunal Federal, comunicando sobre Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 117, Requerente, - governador do Estado do Paraná e requerida, Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi julgada extinto o

processo de controle abstrato de constitucionalidade, em virtude da perda superveniente de seu objeto, fazendo cessar, em consequência, a eficácia de medida cautelar anteriormente concedida. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3049

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 390/2000, que cria o Centro Administrativo Regional de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3048

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 24/2001, que autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3050

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 316/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar o “Programa Minha Casa”, através de recursos do ICMS.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3051

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 305/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Diagnóstico para Doenças Crônicas-Degenerativas, no município de Maringá, Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3052

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 302/2000, que autoriza o Poder Executivo a conceder pagamento por horas extras e adicional

noturno aos membros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3053

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, regime de urgência no trâmite do Projeto de Lei 293/2000, que torna obrigatória a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3066

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja aprovada regime de urgência na votação da Mensagem 039/2001, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre suplementação orçamentaria da ordem de R\$11.392.000,00 destinado à Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 3068

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 409/2001, referente à Mensagem Governamental nº 037/2001, que dispõe autorização ao Poder Executivo a transformar o Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e o Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, órgão de Regime Especial, previstos no artigo 113, alínea e, da Lei nº 8.485/87, em entidades do nível de execução programática da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3069

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 440/2001, referente à Mensagem Governamental nº 040/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar no valor de R\$3.605,00 para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3070

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei 441/2001, referente à Mensagem Governamental nº 041/2001, que dispõe sobre Crédito Suplementar no valor de R\$95.000,00 para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3036

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado estadual Cândido Machado de Oliveira Neto ocorrido em 23 de setembro/2001, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura e Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

Aos 90 anos de idade faleceu, nesta Capital, dia 23.09.2001, o ex-deputado estadual Cândido Machado de Oliveira Neto, que nasceu em Almirante Tamandaré - PR, em 04 de novembro de 1911. Filho de João Cândido de Oliveira e Bertolina Agner de Oliveira.

Deixou viúva dona Jupira Martins de Oliveira, 06 filhos: Cândido Manuel Martins de Oliveira, (ex-secretário de Estado da Segurança Pública), Luiz Alberto Martins de Oliveira (ex-deputado e ex-senador), Roberto, Yara Maria, Eliane Maria e Rosi, viúva do ex-deputado Arnaldo Busato, 18 netos e 08 bisnetos.

O passamento do ex-deputado Cândido Machado de Oliveira Neto, veio abrir lacuna entre seus familiares, difícil de ser preenchida.

Com formação em Direito, Oliveira Neto, foi promotor público em São João do Triunfo, Piraí do Sul, Reserva e Clevelândia.

Foi também assistente técnico do Departamento de Estatística do Estado, e chefe de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça.

Foi líder político de destaque no Sudoeste do Paraná; elegeu-se deputado em quatro legislatura: 1947, 1950, 1954 e 1958. Na Assembléia Legislativa foi membro da Comissão de Constituição e Justiça, primeiro secretário da Comissão Executiva e vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, além de presidente da Comissão de Reforma à Constituição de 1957.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é

a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Fique certo, estimado tio, de que sua memória permanecerá viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça.

Lá onde poderá ter a certeza e que saberemos ser os seus continuadores na luta pelo ideal.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Será grande o céu e a paz sobre Dr. Cândido Martins de Oliveira Neto, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Martins de Oliveira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3037

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, envio de expediente de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Lucie Baad Fischer, sogra do deputado Orlando Pessuti, ocorrido no dia 21 do mês em curso, nesta Capital.

Nestes termos pedem deferimento, solicitando que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência à Rua Boanerges de Menezes Caldas, nº 184, Boa Vista, CEP 82.540-370 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, WALDYR PUGLIESI, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER e ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A senhora Lucie Baad Fischer, cujo passamento ocorreu aos 82 anos de idade nesta Capital, no dia 21 do corrente mês, era progenitora da senhora Regina Fischer Pessuti, esposa do deputado Orlando Pessuti. Viúva do senhor Bruno Fischer, com o qual teve duas filhas, Regina Fischer Pessuti e Roseli Fischer Basler, deixando ainda seis netos.

Deixará em todos os seus familiares, um sentimento de dor e saudades irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida de correção e honestidade.

As pessoas que conviveram com a senhora Lucie são testemunhas de sua benevolência e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

A Assembléia Legislativa do Paraná cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Fischer e Pessuti, endereçando a elas, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3038

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor João Pazeti, ocorrido no dia 20 de setembro na cidade de Ivaiporã-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seus familiares através da esposa, senhora Jandira Pazeti, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Piauí, 952 - CEP 86870-000- Ivaiporã- PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3043

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Souza, pelo falecimento da senhora Tereza de Jesus Souza, ocorrido no dia 20 de setembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada a Maria de Lourdes Souza Pezebichski, à Rua Mem de Sá, 266 - Jardim Central - Colombo PR, CEP 83.409-570.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3044

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Busatto, pelo falecimento do senhor Izidoro Buzatto, ocorrido no dia 23 de setembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada ao senhor Silvio A. Buzatto, na rua Frei Mauro, 442 - Centro, CEP 83.501.050 - Almirante Tamandaré - PR

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3045

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Sipião, pelo falecimento do senhor Joaquim Sipião, ocorrido no dia 23 de setembro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada a viúva Noemia dos Santos Sipião, na rua Cascavel,

784 - Jardim Guaraituba- CEP 83-410-270 - Colombo - PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3067

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família Souza, pelo falecimento do senhor Diógenes Macedo de Souza, pai do servidor público, junto a este Legislativo, Antonio Carlos Barreto de Souza, mais conhecido como Kakau. Deixa além da viúva, 18 filhos.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, na rua Joana Souza, 727, apartamento 1002, bairro Boa Vista, nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3039

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à senhora Flora Camargo Munhoz da Rocha, pela passagem dos 90 anos de vida, comemorado no dia 23 de setembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à senhora Flora, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Osório, 225 - CEP 80020-010 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3041

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Comunidade do município de Luiziana, pelas comemorações alusivas aos 14 anos de emancipação-político-administrativa do município, em 25 de setembro do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dado ciência à Prefeitura e à Câmara Municipal de Luiziana (Rua Miguel Vieira Ferreira-22 - CEP 87290-000-Luiziana -PR.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 3063

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, pela comemoração de seu Jubileu de Ouro (50 anos de fundação).

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Paróquia Nossa Senhora das Mercês, nesta Capital comemorou em data de 17 de setembro do corrente seu Jubileu de Ouro (50 anos). Localizada no bairro de mesmo nome, foi elevada à categoria de Paróquia em 17 de setembro de 1951 por D. Manoel da Silveira D'Elboux.

A aprovação de sua construção foi aprovada pelos superiores capuchinhos em data de 6 de fevereiro de 1925. O engenheiro José Muzillo fez a planta e em 26 de junho de 1926 foram plantados os primeiros alicerces da Igreja. Em 26 de setembro do mesmo ano, a pedra fundamental do templo foi benta pelo arcebispo de Curitiba, D. João Braga, com a presença de autoridades e mais de três mil fiéis. A festa de inauguração da nova igreja aconteceu no dia 29 de setembro de 1929 e quatro anos depois, em 24 de setembro de 1933, foi realizada a cerimônia solene de coroação da estátua de Nossa Senhora das Mercês.

Com o crescimento da população da região, em 1951 a Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi elevada à condição de Paróquia. Atualmente a Paróquia é um dos cartões postais de Curitiba e a frequência de fiéis é bastante grande. É comum, ao passarmos próximo da Igreja das Mercês, vermos padres com suas longas vestes marrons andando pelas calçadas, atendendo fiéis nos carros, ou mesmo na rua, com a maior boa-vontade que lhes é peculiar.

Os capuchinhos são muito queridos pela população curitibana e também da região, que todos os anos, no Dia de São Cristóvão acumulam-se em grandes filas para receber a famosa bênção dos frades. A missa com a distribuição do pão de Santo Antonio também é outra celebração muito procurada entre tantas belíssimas celebrações que os padres capuchinhos realizam naquela comunidade.

Pela comemoração do glorioso Jubileu de Ouro da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, receba aquela Igreja (Avenida Manoel Ribas, 966 - Mercês - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3061

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao reitor da PUC/PR, professor Clemente Ivo Juliatto, pela sua posse na 17ª Cadeira da Academia Paranaense de Letras.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O reitor da Pontífica Universidade Católica do Paraná - PUC/PR toma posse na 17ª Cadeira da Aca-

demia Paranaense de Letras. Nascido em São José dos Pinhais, em 16 de agosto de 1940, filho de Ulisses e Maria Basa Juliatto, ele foi eleito por unanimidade no último dia 17 de julho para ocupar a cadeira cujo patrono foi Eusébio da Motta, fundador Dario Persiano de Castro Vellozo, 1º ocupante: Dicesar Plaisant, 2º ocupante: Flávio Suplicy de Lacerda, 3º ocupante: Euro Brandão.

Como parte da produção científica do ora empossado, destacam-se as obras: A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação (1991), Compromisso com qualidade (1990), Novas perspectivas em administração escolar (1966), Ambientes, agentes e formas educativas (1996). A mobilidade acadêmica no contexto da integração interamericana (1999), Avaliação do desempenho das instituições universitárias (1987), Algumas reflexões sobre o ensino superior (1988), Pensando na biblioteca da Universidade (1988), On implementing computing at a Brazilian University: na administrative study - tese de doutora na Columbia University (1983).

O professor Clemente Ivo Juliatto vem desenvolvendo um excelente trabalho à frente da Reitoria da PUC/PR, instituição de ensino superior que é referência no nosso Estado e nosso País. Pela sua merecida posse na 17ª cadeira da Academia Paranaense de Letras, receba o professor Clemente Ivo Juliatto (PUC/PR - Avenida Imaculada Conceição 1155 - Curitiba - PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3062

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, pela comemoração de 81 anos de presença e atividades no Paraná.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Ordem dos Frades Menores Capuchinhos está comemorando 81 anos de presença e atividades no Paraná. Os primeiros a estabelecerem-se no nosso Estado vieram a pedido do primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos para a Colônia Militar de Jataí, as margens do Rio Tibagi. Eram eles: frei Timóteo Castelnuovo, frei Matias de Gênova, frei Luiz de Cimitile e frei Gaudêncio de Gênova, tendo chegado em 6 de dezembro de 1854.

Tendo falecido frei Timóteo (1895) vieram para o Paraná outros freis para dar continuidade à sua missão (1911 e 1919). Pode-se dizer com certeza que os Capuchinhos foram os pioneiros na evangelização do Norte Pioneiro do nosso Estado. Já em 1956 eram 13 paróquias a eles confiadas na Diocese de Jacarezinho, Seu zelo os fez avançar para mais locais no Paraná, transpondo fronteiras e indo para Santa Catarina e Paraguai. Os Capuchinhos penetravam em todas as camadas sociais e nas

classes de toda a sorte de pessoas, nas paróquias, nas capelanias de colégios, hospitais, militares e Missões Populares.

Os superiores foram previdentes, pois foram semeando casas de formação e colhendo vocações nativas. Logo fundaram os seminários em Curitiba e Botiatuba, ambos na arquidiocese de Curitiba, ordenando-se os primeiros padres a partir de 1941.

Em 18 de julho de 1921, obtida a devida licença da Província de Veneza, orientados pelos padres Passionistas, escolheram uma área em Curitiba, no Bairro das Mercês e em 26 de junho de 1926 a construção teve início. A ala do convento começou a ser construída em 1923 e concluída em outubro de 1924. Após estas construções muitas outras se seguiram.

Atualmente, na Arquidiocese de Curitiba, os padres Capuchinhos estão presentes na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês (que está completando o seu Jubileu de Ouro), Vila Nossa Senhora da Luz e Almirante Tamandaré. A província do Paraná e Santa Catarina foi criada em 11 de novembro de 1968 e hoje conta com 117 sacerdotes, 137 professores perpétuos, 21 professores temporários, 6 noviços, 11 postulantes e 54 aspirantes. A província no Paraná tem religiosos em 40 locais diferentes, 16 dioceses, 23 paróquias e 09 casas de formação.

Em Curitiba, na Igreja das Mercês, estamos habituados a vê-los andando pela calçadas, com suas longas vestes marrons, benzendo carros, atendendo pessoas nas calçadas - o carinho dos Capuchinhos para com a população é muito grande e eles também são muito queridos por todos.

Pela comemoração de seus 81 anos de presença e atividades no Paraná, receba a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (Igreja das Mercês - Avenida Manoel Ribas, 966 - Mercês - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3064

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao grupo de Bolão "As Fanáticas" do Paraná Clube, que está completando 22 anos de existência.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo de Bolão "As Fanáticas" do Paraná Clube está completando 22 anos de existência. Foi fundado em 1979 pelas Sras. Darci Osternak, Nadir Jansen, Zélia Slomp e Itamar Tabalipa.

A atual diretoria do Grupo é formada pelas senhoras:

- Presidente: Gracir Onesco
- Vice-presidente: Maureen Cruz
- Tesoureira: Leonira Fagundes
- Relações Públicas: Roseli Merlin

- Diretoria Técnica: Irma Maria Couto

- Secretárias: Lourdes Bischoff e Maria José

Pela comemoração de seus 22 anos de existência, receba o Grupo de Bolão "As Fanáticas" do Paraná Clube (A/C Sra. Cristina - Casa de Massas Firenze - R. Monseñor Manoel Vicente, 186 - Água Verde - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3059

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rafael Deli, secretário de Estado da Habitação, solicitando a construção de um poço artesiano na Vila Rural de Paulistânia, no município de Alto Piquiri.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Valter Richter, prefeito municipal e à vereadora Maria Inês Silva Gomes, presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 315) - CEP: 87580-000

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 3065

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando informações sobre as providências tomadas quanto às reclamações de moradores do bairro Becker, município de Paranaguá, da grande quantidade de fumaça expelida por empresas ali localizadas.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 3071

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, ao Exmo. Sr. Marcos Vinícius Pratini de Moraes, ministro da Agricultura Pecuária Abastecimento e ao Ilmo. Sr. Vilmondes Olegário da Silva, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento, solicitando providências em caráter urgente visando a manutenção da Unidade Frigorífica da Companhia Nacional de Abastecimento em Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI, EDSON STRAPASSON, ÂNGELO VANHONI, SERAFINA CARRILHO, WALDYR PUGLIESI, LUCIANA RAFAGNIN, RENATO GAÚCHO, CEZAR SILVESTRI, ALGACI TULIO, CESAR SELEME, ADEMIR BIER, NEIVO BERALDIN, ANTONIO ANIBELLI, HERMAS BRANDÃO, MARCOS

ISFER, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK e PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A Unidade Armazenadora Frigorífica de Curitiba é composta de dois armazéns, com capacidade para 4000 toneladas.

O Armazém I, inaugurado em 1974 é constituído por quatro câmaras para produtos congelados e quatro câmaras para produtos resfriados, um túnel de congelamento, antecâmaras de circulação e plataforma de acesso de carga e descarga, enquanto o Armazém II, inaugurado em 1977 é composto de duas grandes câmaras, uma antecâmara e plataforma de acesso.

Atualmente o Armazém I encontra-se interditado pelo SIF, devido à necessidade da finalização das reformas necessárias. O Armazém II, encontra-se operando normalmente estando completamente lotado de mercadorias.

Ao longo de sua existência, a Unidade apresentou índices de ocupação elevados, com receitas expressivas, e em momento algum verificou-se uma contrapartida em termos de reparos e manutenção corretivas e duradouras.

Salientamos que a referida falta de manutenção, vem afetando de forma significativa a performance da receita, quando constatou-se uma redução média trimestral de R\$70.000,00/100.000,00, ou seja aproximadamente R\$23.000,00/30.000,00 mensal durante o exercício do corrente ano.

Portanto, solicitamos o empenho das autoridades responsáveis, para que o setor agropecuário não continue sendo penalizado, pela falta de estrutura de armazenamento de sua produção.

REQUERIMENTO Nº 3054

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do Sr. Péricles Freire Pepes, residente à Rua Arthur Martins Franco nº 3.286 - bairro Fazendinha que pede uma solução para a destruição causada por essa Sanepar no asfalto da rua em que reside. Segundo o Sr. Péricles, a Sanepar implantou rede de esgotos no referido local, danificando o asfalto que os moradores terminaram de pagar recentemente, e a Prefeitura por sua vez, executou os reparos com um péssimo acabamento. Os moradores sentem-se prejudicados e querem uma solução imediata para o problema. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 288-4115.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3055

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do Sr. Sérgio Luiz Weiss, que solicita um orçamento e levantamento de uma possível troca de local do hidrômetro referente à matrícula 21215082, que está implantado a mais ou menos 150m, sito à Rua Duque de Caxias nº 1000 - bairro Água Boa - município de Campo Magro. No local existem 04 (quatro) hidrômetros juntos e ele quer que seu hidrômetro fique no terreno de sua propriedade. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9107-4334.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3056

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido do Sr. Antonio Laudecino Camargo, residente à Rua Santa Bárbara nº 52 - bairro Jardim D. Pedro II - município de Campo Largo, que solicita saneamento e água potável na Rodovia do Café - Km 8 - Vila Sertaneja - Chácara do Índio - Passaúna. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 372-8935.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 470/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Caminho da Luz, do município de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro na mesma municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Caminho da Luz, sediada no município de Capitão Leônidas Marques, encontra-se em pleno desenvolvimento há mais de um ano, atendendo com maestria as finalidades, para as quais foi criada. Não distribui lucros nem dividendos, nem possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta em real utilidade, serviços gratuitos à sua clientela e não remunera a sua diretoria.

Por estas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública, por esta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 471/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Internacional de Impactos Culturais, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Internacional de Impactos Culturais, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter beneficente, educativo, filantrópico, cultural e de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos fundar, manter, administrar e investir na educação escolar básica de crianças, jovens e adultos, educação profissional e educação superior, investir na manutenção de programas e cursos de treinamento e preparação de mão-de-obra especializada, inclusive para atividades agrícolas, criar e manter serviços assistenciais, cursos de puericultura, primeiros socorros, economia doméstica e de preparo para atividades domésticas, arte culinária, artesanato, promover cursos, seminários, conferências, simpósios, visando sempre alcançar pessoas consideradas desintegradas da sociedade.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei, por fim reconhecer o esforço e o trabalho da Associação Internacional de Impactos Culturais.

PROJETO DE LEI Nº 472/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, com sede e foro no município de Colombo - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, fundada em 05 de dezembro de

1993, com sede na Rua Eugênio Modesto de Souza, 87 - Jardim Arapongas - Colombo - Paraná é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, política, partidária ou religiosa, com prazo indeterminado de duração, não sendo remunerado seus dirigentes e conselheiros.

Seu estado está registrado sob o nº 621, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas das Comarca de Colombo - Paraná, em 16 de agosto de 2001, sendo a entidade cadastrada no Cadastro da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 00.403.802/0001-42.

A Associação de Moradores do Jardim Arapongas, Esperança e Esplanada, tem por finalidade:

- estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outros da localidade, pleiteando recursos e soluções;

- promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da Associação;

- representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;

- promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade;

- receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza;

- colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas na vila, pleiteando as respectivas soluções;

- desenvolver trabalho com a criança, adolescentes e idoso proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida;

- poderá administrar e manter creches, casa de idosos e outras entidades filantrópicas;

- trabalhar de acordo com a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social.

Atualmente a Associação realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme Relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pela Associação de Moradores, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 473/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Pró-Cultura de Pato Branco-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Pró-Cultura de Pato Branco, promove diversos eventos, tais como: exposições, palestras, teatros, valorizando artistas locais, e apoio na divulgação, impressão e distribuição de cd's, livros, jornais e revistas, valorizando a cultura patobranquense, preservando o história, o folclore e as tradições populares, através de veículos de comunicação. Oferece também cursos profissionalizantes, especialmente na área de comunicação, bem como campanhas de cunho comunitário e beneficente em conjunto com as diversas entidades do município.

A declaração de Utilidade Pública permitirá à associação buscar recursos em outras instâncias públicas para poder permanecer promovendo suas atividades e beneficiando seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 474/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet, um lote de terreno com 562,50 m2 (quinhentos e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados) com seguintes medidas e confrontações: medindo 11,25 m (onze metros e vinte e cinco centímetros) de frente com a Avenida João Pessoa; 50 m (cinquenta metros) de um lado com a propriedade de Felipe da Cruz; 50 m (cinquenta metros) de outro lado com a propriedade de José Jaras e pelos fundos 11,25 m (onze metros e vinte e cinco centímetros) com a propriedade da Sra. Darko Zanko, situado no bairro urbano da cidade de Mallet, contendo uma casa de madeira, coberta de telhas e demais benfeitorias, registrado no livro 3-B, às folhas 066, transcrição nº 1.523, do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Mallet, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, vem contemplar uma antiga reivindicação da população do município de Mallet, Estado do Paraná.

Objetiva-se doar ao município de Mallet, um imóvel que encontra-se desocupado e em estado de deterioração, local este que no passado abrigava a Agência de Rendas do Município.

A Prefeitura Municipal de Mallet está necessitando urgentemente de um local adequado para cumprir as funções da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sendo que o referido imóvel se encaixa perfeitamente para desenvolvimento das atividades culturais e esportivas a bem dos munícipes malletenses.

Por se tratar de matéria de elevado grau de mérito, conclamamos os nobres Pares desta Casa de Leis, a unirem-se em apoio à presente iniciativa, medida que em muito ajudará o desenvolvimento do município de Mallet.

PROJETO DE LEI Nº 475/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet, um lote de terras urbano, com área de 5.000 m2 (cinco mil metros quadrados), situado à rua 15 de Novembro, com as seguintes confrontações: 100 m (cem metros) lineares para a rua 15 de novembro; 50 m (cinquenta metros) com terreno do município e finalmente 100 m (cem metros) na linha de fundos com o terreno de Nicolau Michaliszyn, contendo as benfeitorias e edificações nele constantes, imóvel registrado no livro 3-D, às folhas 050, transcrição nº 4.193, do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Mallet e outras entidades ligadas à referida Secretaria, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, vem contemplar uma antiga reivindicação da população do município de Mallet, Estado do Paraná.

Objetiva-se doar ao município de Mallet, um imóvel que encontra-se desocupado e em estado de deterioração, medida que em muito ajudará a resolução de conflitos havidos, principalmente no que tange à utilização do imóvel pela Associação de Produtores de Frutas de Mallet - Apofruta, bem como da Central de Associa-

ções de Mallet - Carmel, entidades que representam as principais atividades do local, em termos de agricultura.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Mallet, necessita urgentemente de um local apropriado para desenvolvimento do seu trabalho, sendo que a doação em epígrafe, vem contemplar estas necessidades.

Por se tratar de matéria de elevado grau de mérito, conclamamos os nobres Pares desta Casa de Leis, a unirem-se em apoio à presente iniciativa, medida que em muito ajudará o desenvolvimento da agricultura, em especial a fruticultura do município de Mallet e conseqüentemente do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI S/N
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a venda, transferência ou alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessões de geração e de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, a eles não se aplicando os dispositivos da Lei nº 12.355, de 8 de dezembro de 1998.

Art. 2º - A proibição estabelecida no artigo anterior, alcança as ações ou quotas de sociedades ou empresas constituídas para exploração de concessões de geração ou de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, que também não poderão ser dadas em caução, oferecidas como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.2001.

(aa) MARCOS ISFER

CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei constitui uma nova alternativa contra a privatização da Copel, para discussão e deliberação pela Assembléia Legislativa.

O artigo 1º proíbe a venda, transferência ou alienação de todos os setores, serviços, obras, equipamentos ou concessões de geração e de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, a eles não se aplicando os dispositivos da Lei nº 12355, de 8 de dezembro de 1998.

O artigo 2º dispõe que a proibição estabelecida no artigo anterior, alcança as ações ou quotas de sociedades ou empresas constituídas para exploração de concessões de geração ou de transmissão de energia elétrica pelo Estado do Paraná ou pelos órgãos da administração indireta estadual, que também não poderão se dadas em cau-

ção, oferecidas como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza.

A conjuntura atual é completamente diferente daquela em vigor no segundo semestre de 1998. De lá para cá ocorreu uma expressiva desvalorização cambial. O dólar norte-americano, que valia R\$1,23, ultrapassou a cada dos R\$2,00.

Também existe a forte possibilidade de racionamento de energia elétrica a curto e médio prazo. A imprensa e os meios de comunicação em geral já estão divulgando que ainda neste semestre o governo federal promoverá campanhas de economia, "racionalização", de energia elétrica.

A elevação das tarifas de energia elétrica tornou-se uma possibilidade concreta, diante de uma situação como essa.

O fato acarretará prejuízos ao comércio e à indústria paranaenses. Eles perderão poder de competição no âmbito interno e externo, com agravamento da produção no Estado do Paraná.

O aumento das tarifas de energia elétrica poderá até inviabilizar novos investimentos no Estado do Paraná.

A Copel, por sua vez, é uma companhia que sempre apresentou lucros expressivos e excelentes resultados. O seu desempenho como empresa de energia elétrica é o mais eficiente possível, constituindo modelo e referência no setor.

Nestas condições, não tem mais cabimento a privatização da Copel, nos exatos termos da Lei nº 12355, de 8 de dezembro de 1998.

O presente projeto de lei, finalmente, dá condições ao governo do Estado do Paraná de privatizar os serviços de distribuição de energia elétrica e as participações societárias que a Copel tem em outras empresas, como a Sercomtel, Compagás, Tradener e outras.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Quero falar aqui, de uma pesquisa que o jornal Gazeta do Povo publicou na sua edição de hoje, realizada pelo Instituto Paraná Pesquisa, encomendada pela Gazeta do Povo, que faz uma radiografia de Curitiba e do Governo do Paraná, que nós já estamos cansados e convictos de apontá-la por todos os cantos deste Estado.

A pesquisa a que me reporto fala claramente num dos tópicos, uma pergunta realizada no conjunto da pesquisa diz o seguinte: Qual é o pior defeito que um político pode ter? Respostas: ser ladrão e corrupto, 49%; ser mentiroso e falso, 16,1%. O povo do Paraná, notadamente o povo de Curitiba, diz que o próximo governador do Paraná terá que combater a corrupção, a roubalheira, não pode mentir e não pode ser falso.

É evidente, senhor presidente, que nós deduzimos que esta pergunta, a população de Curitiba ao respondê-la levou como base a figura do governador Jaime Lerner, um governo que entristeceu o nosso Paraná em função de ser inoperante, não cumpridor da palavra e marcado por uma série de denúncias que envolvem corrupção.

E o povo do Paraná, por incrível que pareça, deixa de lado assuntos da mais elevada importância como o trabalho, como a segurança pública, como outros itens relacionados à educação, à saúde, para eleger a corrupção como primeiro mal que tem que ser atacado neste Estado pelo futuro governador do Paraná. A população elegeu esse tópico, esse item, como uma questão de vida em relação ao próximo governador, a corrupção. 49% da população disse na pesquisa que o próximo governador do Paraná precisa ter mãos firmes com relação à corrupção e à roubalheira.

Mas isso não nasceu de graça, senhor presidente. Por que esta convicção do povo de Curitiba? Por que esta convicção do povo do Paraná?

É porque a nossa população, é natural, está entristecida e revoltada com toda a situação do governo Jaime Lerner.

E o chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, em um esforço concentrado para erguer o moral da sua tropa, declarou na imprensa, na sexta-feira passada, que o Governo vê o seu projeto fortalecido, o governo Lerner sente que o momento é favorável, sente que o momento é propício para fortalecer-se politicamente.

Senhor presidente, eu peço o Horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedido.

O SR. NEREU MOURA

Ora, senhor presidente, senhores deputados, é uma atitude irônica, para não dizer patética. Em todas as pesquisas de opinião pública, o candidato do governo não passa de 1 a 2% da intenção de votos no Paraná. E não adianta a roupagem, não adianta a roupa que venha a apresentar-se, porque o governo Jaime Lerner está marcado, pesadamente, com ferro, em relação ao povo do nosso Estado. E a população do Paraná, com certeza absoluta, irá castigar pesadamente que seja o candidato do governador Jaime Lerner ou quem esteja do seu lado, porque por todos os lugares por onde andamos...

Senhor presidente, eu queria dizer a V. Exa. que o deputado Waldyr Pugliesi reclamou há dias atrás das “chacrinhas” que se faziam aí na Mesa. E, na verdade, eu sempre disse que os deputados deveriam respeitar a Mesa, porque senão, não dá! O deputado fica falando, usando a palavra, e fica a sua voz encoberta pela gritaria e pelas risadas que vêm da Mesa, num total desrespeito a quem usa da palavra.

O deputado Waldyr Pugliesi usou a tribuna para fazer um veemente protesto, com o que nós concordamos.

As pessoas que vêm aqui a esta Casa, levam uma péssima imagem, até pela nossa conduta como deputados, porque nós não respeitamos os colegas. Por isso, é preciso que tenhamos isso em mente, a fim de que possamos passar para a sociedade do Paraná o respeito que esta Casa deve ter com os seus companheiros e com os seus colegas quando usam da palavra ou quando estão abordando assuntos de interesse do povo do Paraná.

Eu quero concluir as minhas palavras, senhor presidente, dizendo que para nós do PMDB, não amedronta e nem nos causa nenhuma preocupação o discurso do governo Jaime Lerner em relação às eleições do ano que vem. Nenhuma! É um governo que não tem, hoje, condições de andar na rua, porque senão é xingado, é apedrejado pela população! E assim vai ser o seu candidato, seja quem for e use a roupa que usar, seja do bico comprido, da orelha grande, do nariz grande, ou enfim, de qualquer que seja a sua plumagem, vai ser xingado ou apedrejado por onde quer que passe.

O governo Jaime Lerner é um governo irrecuperável, está na UTI, doente, em estado terminal, um estado irrecuperável, porque o povo do Paraná não agüenta mais viver sob a égide de um governo que não tem seriedade, que não tem linha, que não tem proposta, que não tem programa e que vive de ilusão, que vive mentindo para o povo do nosso Estado.

Agora diz para os prefeitos, para os vereadores, para os deputados: agora vou vender a Copel e vou arrumar 300 mil, 500 mil para cada município no Estado.

Agora diz, como revivendo aquela história de 98, quando assinaram mais de doze mil convênios que não foram cumpridos para enganar os prefeitos, os políticos do nosso Paraná. Assim se repete a história, porque assim age a humanidade. Mais uma vez o governo Jaime Lerner, no afã de trazer gente para o seu lado, as pessoas que lhe eram companheiros e que afastaram, busca dizer que com a venda da Copel os problemas do Paraná e das prefeituras serão resolvidos, estarão resolvidos!

É uma maneira enlouquecida de tentar salvar os anéis, porque o governo Jaime Lerner poderia ser encurtado ali no Palácio Iguazu, se a Assembléia Legislativa do Paraná tivesse instalado a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza. Com certeza o período desse governador teria sido reduzido, mas se ele tiver a possibilidade de continuar governador até o dia 31 de dezembro do ano que vem, senhor presidente, não terá a felicidade de poder aplaudir o seu sucessor, porque alguém será governador deste Paraná e passará este Estado a limpo.

É preciso passar uma peneira no Paraná para levantar todos os casos de corrupção, todas as denúncias que pesam contra o senhor Jaime Lerner e se a Assembléia Legislativa não o fizer, o próximo governador haverá de fazer, e aí sim, muitas cabeças rolarão e haverá ranger de dentes e muita gente vai chorar o leite derramado.

Se nós não cumprirmos com o nosso dever o próximo governador do Paraná cumprirá e passará o nosso Estado a Limpo, punindo com rigor todos os desmandos

de um governo incompetente que infelicitava o nosso Paraná, chamado Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Na última quinta-feira nós recebemos a visita, após um telefonema do nosso companheiro, ex-deputado Luiz Cláudio Romanelli, que trouxe até nós uma reivindicação dos segmentos produtivos do Estado do Paraná, mais especificamente das unidades agroindustriais que lidam com o setor de carne, pedindo que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná intercedesse junto ao presidente da República, junto ao ministro da Agricultura e junto ao presidente da Conab, para que não acontecesse a desativação da unidade frigorífica que possui a Conab na Cidade Industrial de Curitiba e que atende aos interesses do setor produtivo rural, do setor agroindustrial de todo o Estado do Paraná e de outras regiões, e nós não podíamos deixar de, em conjunto com outros parlamentares, levar adiante essa reivindicação de que a unidade frigorífica permaneça funcionando e além disso, que seja um de seus armazéns reparados, porque um deles está desativado e isso evidentemente, faz com que a unidade não possa trabalhar com toda a sua capacidade de armazenamento.

É importante para nós que esta unidade permaneça ativa e funcionando em Curitiba, porque afinal de contas, a cada dia que passa, mais se consolida a posição do Paraná, como produtor de carne bovina.

Nessa condição, haverá de conquistar, evidentemente, os mercados internacionais, já que os mercados nacionais estão sempre à disposição do Paraná. Principalmente agora que o Paraná foi declarado como zona livre de febre aftosa ainda com vacinação, mas certamente, nos próximos dias será uma área livre de febre aftosa sem vacinação.

Por esse motivo é evidente que o Paraná haverá de se credenciar perante os organismos internacionais, perante as comunidades internacionais, para ser um grande exportador de carne bovina.

Por essa razão, nada mais justo que possamos permanecer com esta unidade da Conab funcionando aqui em Curitiba e, dado a nós, os paranaenses, aos industriais do Paraná, do setor de carne, uma condição especial, de ter uma unidade armazenadora, que pode até funcionar no momento apropriado como uma unidade reguladora dos estoques, como uma unidade reguladora até dos preços praticados.

Por essa razão é que, em nome dos demais parlamentares que já subscreveram esse requerimento, peço a todos os demais, que junto conosco, façamos aprovar esse requerimento de envio de expediente ao presidente da República, ao ministro da Agricultura e ao presidente

da Conab- Companhia Nacional de Abastecimento, para que a unidade frigorífica existente em Curitiba, da Conab, possa continuar funcionando.

Quero também, aproveitando da minha presença na tribuna na tarde de hoje, mais uma vez manifestar a nossa preocupação e a nossa contrariedade com a forma como vêm conduzindo os destinos da Educação do Paraná, a secretária Alcyone Saliba e o governador Jaime Lerner.

Nós temos recebido dia e noite, em nosso gabinete em nosso telefone celular, a mensagem de pessoas que por este Paraná afora, seja na condição de professor, seja na condição de aluno, de pai, estão contrariados e se colocando de forma veementemente contrária ao decreto da secretária Alcyone que regulamentou o processo de escolha dos diretores.

Por essa razão, senhor presidente, é que nós estamos conclamando a todos os deputados, não só os da Bancada de Oposição, não só dos do Bloco Independente, mas também os deputados da Base do Governo, para que se somem a nós, para que possamos revogar esse decreto que norteia e que dá rumo à escolha dos diretores.

Lembra presidente Hermas Brandão, que foi numa ação conjunta desta Casa, ao final liderado e capitaneado por V. Exa. que o Governo do Estado houve por bem revogar a resolução da Secretaria de Estado da Educação, que tratava dos assuntos ligados ao ensino especial, aos deficientes enfim, do nosso Estado.

Foi através de uma ação coletiva da Assembléia, naquele momento, que se restabeleceu a dignidade do Ensino Especial no Paraná. Será também, tenho certeza, numa demonstração de entendimento maior desta Casa, liderada, não só por nós mas liderada, acredito, por V. Exa. também que haveremos de ver revogado esse decreto que estabeleceu normas muito esquisitas, para a escolha dos diretores no Paraná.

- Por esta razão é que um projeto de decreto legislativo foi apresentado; por essa razão é que está se discutindo a aprovação de um regime de urgência para esse projeto de decreto legislativo.

Mas, tudo isso poderia deixar de existir, senhor presidente Hermas Brandão, líder Durval Amaral, se nós conseguíssemos que a secretária, por sua própria ação, viesse a adotar as medidas que todos esperamos, que é renovar esse decreto, publicado recentemente.

Nós estamos nessa trincheira com o decreto legislativo, inicialmente firmado pelos deputados do bloco oposicionista e do bloco independente, mas queremos nesse projeto ter a assinatura de todos os deputados e ter a liderança de Hermas Brandão como presidente, para que neste caso das eleições dos diretores, possamos ter o mesmo comportamento que tivemos, quando discutíamos aqui a questão do ensino especial, e naquela ocasião toda a Assembléia se levantou contra a resolução da secretária e esta resolução foi tornada sem efeito.

Esperamos senhor presidente, que V. Exa. possa, com a sua equipe, analisar isto que estamos sugerindo, para que possamos, antes mesmo de votar regime de urgência e decreto legislativo, que o governador cancele o decreto que estabeleceu normas para escolha dos diretores e que possamos, nesta Casa, discutir conjuntamente, Oposição e Situação, princípios e normas que sejam aceitos pelos alunos, pais de alunos, professores e pelo governo do Estado para escolhermos os nossos dirigentes das escolas estaduais.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao PST.

Com a palavra, o senhor deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa diretiva, senhores deputados, senhoras e senhores.

É com muita satisfação que usamos esta tribuna hoje, para informarmos do grande Encontro Regional que tivemos na última sexta-feira, em Umuarama, terra do nosso deputado Nelson Garcia, onde reunimos lideranças da área agrícola e autoridades do Banco do Brasil e da área do governo.

Lá foi celebrado o grande convênio para liberação de recursos para serem aplicados no grande programa do governador Jaime Lerner, que é o de transformar a região Noroeste no grande celeiro de grãos do Paraná.

Numa iniciativa da Assembléia Legislativa que votou por unanimidade o nosso projeto de lei, estabelecendo o programa de Revitalização do Arenito Caiuá, deu-se a continuidade desse projeto, com o apoio da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Secretaria de Agricultura, Emater, Embrapa e demais entidades.

Senhores deputados, a importância desse programa somente vai ser dimensionada no futuro. Quem vive na região Noroeste ou que é deputado da Região Noroeste, como é o caso de Durval Amaral, de Edno Guimarães, Ricardo Maia, Nelson Garcia, Miltinho Pupio e outros deputados, sabe da importância que se reveste este Programa que tem por objetivo revitalizar a terra cansada do Noroeste do Estado, outrora grande produtora de café e após esse ciclo entrou na área da pastagem, perdendo todo o húmus e iniciando o processo de desertificação acelerada, mas agora com esse novo programa, vai haver uma verdadeira revolução no campo.

As autoridades, imbuídas, em parceria com a iniciativa privada, têm à frente, 3 milhões de hectares para serem tratados e já inicialmente o Banco do Brasil, na última sexta-feira, em Umuarama, disponibilizou recursos na ordem de cem milhões de reais que já estão sendo aplicados na recuperação dessas terras que já demons-

trou, na prática, que com o manejo correto pode produzir soja e milho, da mesma forma como produz a terra hoje.

Temos então, pela frente, toda essa fronteira agrícola a ser transformada, de pastagem erodida, onde não cabe 2 cabeças de boi por alqueire, vamos passar para uma rotação que a nova tecnologia recomenda. Com essa rotatividade, chegaremos a 6, 8 cabeças por alqueire, sem antes, contudo, produzir durante 2 anos, de 120 a 140 sacas por alqueire.

Vejam os senhores, a importância dessa nova tecnologia, desse novo manejo, que essas terras a 4 anos atrás vendidas a 3 mil reais o alqueire, hoje está em torno de 10 mil reais o alqueire.

Com isso, quero parabenizar a Assembléia Legislativa que nos acompanhou nesse projeto, que deu contorno político a esse grande programa de revolução da região Noroeste do Paraná. Essas terras jamais serão as mesmas. Doravante, com certeza, vamos gerar mais renda no campo, vamos estancar de vez o exodo rural, que hoje campeia em torno de 5% ao ano. Vamos melhorar as nossas pastagens e fazer com que os nove milhões de cabeça de gado do nosso Paraná possam chegar mais próximo do seu peso ideal em menos tempo, com pastagem abundante. E acima de tudo, vamos gerar renda para o homem do campo. Fortalecendo o homem, vamos fortalecer as pequenas cidades também.

Esse programa, que tem o apoio do governador Jaime Lerner, da Secretaria da Agricultura, Embrapa, Iapar, Emater e a iniciativa privada, chegou em boa hora. Essa revolução que está acontecendo no campo, vai ser sem precedentes.

Inicialmente essa programação do Banco do Brasil deve atingir 700 mil hectares de pastagem e mais 300 mil hectares de terras devolutas.

Para os senhores terem uma idéia do impacto sócio-econômico inicial, vamos aumentar em até 12% a produção agrícola do nosso Noroeste, do nosso Estado, que hoje, com apenas 6% da área agricultada do País produz 25% dos grãos da Nação.

Os 108 municípios que compõem esse mapa geográfico, terão impacto em sua economia na ordem de 25%. E esse aumento de 15% na área agricultável, vai oxigenar as nossas exportações gerando renda, mais emprego e melhor qualidade de vida.

O Sr. Nelson Garcia

Deputado Divanir, quero me somar a V. Exa. e agradecer a sua presença em Umuarama, juntamente com o nosso líder Durval Amaral, deputado Edno, Ricardo Maia e outros deputados que estiveram presentes. Não estiveram presentes o Tureck, o Basílio, o Kielse e o Accorsi.

Foi uma satisfação grande quando recebemos o governador Jaime Lerner, a vice, Emília Belinati, que teve um papel fundamental quando estivemos juntos em Brasília, com o ministro Pratini de Moraes.

Mas quero dizer a vocês que Umuarama levantou essa bandeira há quatro anos atrás, quando o prefeito Fernandes lançou o Pater, que é o programa de arrendamento de terra na nossa região. Ninguém acreditava. Até eu que fazia oposição ao seu governo, hoje estamos juntos. Não acreditava quando ele trouxe a soja para ser plantada em nossa região e hoje é uma realidade. Com a ajuda da Ocepar, da Cocamar, da Faep, um papel fundamental do Agide Menegetti, que tem se preocupado com a nossa região e do Estado do Paraná. Foi feito esse plano todo, já saído do Pater do prefeito Fernandes e você teve uma felicidade muito grande de ser autor do projeto, juntamente com essas entidades, e nós o apoiamos.

Hoje quero dizer o que eu disse no discurso: eu me sinto satisfeito. A nossa região, que foi beneficiada com a ponte de Guaíra, que começou no Governo Requião, tenho que ressaltar, devo agradecimentos a ele, e foi terminada pelo nosso governador Jaime Lerner, que teve a coragem de fazer o investimento na nossa ponte do Rio Camargo, que é a maior obra do País hoje, de infra-estrutura, que está fazendo a ligação de Santa Mônica a Tapira, uma obra muito grande.

Agora está fazendo o alargamento da rodovia, da ponte do Rio Ivaí, entre Cianorte e Maringá, e a nossa região começa a aparecer, em, algum lugar.

O Governo assumiu um compromisso que, se o Governo Federal não terminasse a estrada Boiadeira ele a faria para nós. O Governo Federal falou que não precisava, que ele faria. No ano passado passou o maquinário e este ano, nada! E o ano que vem, eu disse ao governador, - é um desafio, Nelson Tureck, que se o Governo Federal não assumir mais este compromisso nós vamos ter que fazer também! Mas, em contrapartida, o Governo Federal, - tenho que ressaltar aqui, está fazendo a verdadeira mudança, junto com o Governo do Estado, no nosso Noroeste. Eu me lembro do passado, na época da cafeicultura, Umuarama tinha quase 200.000 habitantes, caiu para 80, hoje está com 92.000 habitantes! O povo foi embora, viver nas grandes cidades, debaixo de pontes; alguns tiveram sorte, outros passam necessidade até hoje e ninguém se preocupou! Eu ouvi muito discurso, já ouvi, em Umuarama, muito lançamento da recuperação do Noroeste, mas não fizeram!

Por isso eu quero agradecer a você, ao governador Jaime Lerner e ao presidente da República, sim, que nós fizemos o desafio, e você estava junto com a vice-governadora, Emilia Belinati e junto com o governador, que nós vamos completar os grãos que precisa para completar os 100.000.000 de grãos, e vamos fazer isso com a ajuda do Governo do Estado, do Governo Federal e graças à lei que os deputados aprovaram aqui!

Muito obrigado, Divanir!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Eu agradeço, nobre deputado Nelson Garcia, que enriqueceu nosso pronunciamento e também pela importância que V. Exa. deu a este programa.

Para concluir, senhor presidente. É muito importante esta notícia, esta resolução que vai sofrer a região Noroeste, vai refletir em todo o Estado do Paraná e a Assembléia Legislativa está de parabéns, porque foi quem deu o contorno político, aprovando um projeto de nossa autoria. E, só através dos canais políticos, é que nós conseguimos os recursos no Banco do Brasil, porque antes dessa lei que estabeleceu o programa de revitalização do Caiuá, apenas ficava e tão somente em reuniões da Cocamar com as lideranças, mas não havia uma amarração, apenas quando a Assembléia Legislativa, por unanimidade, esta lei que estabeleceu a grande reforma do arenito Caiuá.

Então, estão de parabéns os nossos colegas e tenho certeza que o povo do Paraná, vai sofrer este choque de modernidade e o Noroeste deixará de exportar pobres trabalhadores, sem renda, para os grandes centros, porque lá eles vão conseguir realizar os seus sonhos.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero registrar com alegria a presença do prefeito de Bom Sucesso do Sul, nosso companheiro Ernesto Pilatti, como também a presença do prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa a visita de tão importantes figuras da classe política paranaense.

No Horário do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

No último sábado, com a presença do líder nacional e presidente do PDT, Leonel Brizola, estivemos no Teatro Fernanda Montenegro, na cerimônia de filiação dos dois senadores deste Estado, Álvaro Dias e Osmar Dias, que escolheram o nosso Partido, o PDT, para que nesta agremiação tivessem eles a liberdade, a honestidade do mandato, e principalmente, o compromisso da transparência a ser feita pelos homens públicos desta Nação.

Infelizmente, no Senado da República, alguém que assina uma CPI da Corrupção é punido, no seu Estado de origem, tirando o que é mais caro de todos nós, que é a filiação partidária.

Parece que neste Brasil, ser honesto é difícil, porque aquelas pessoas que lá em Brasília testemunharam ao nosso País de que alguma coisa deve ser mostrada à Nação brasileira, principalmente a corrupção, os roubos acontecidos a nível de administração pública nacional, são penalizadas.

Mas, o Álvaro e o Osmar, conjuntamente com alguns deputados e mais deputados federais, vereadores, prefeitos, lideranças, haverão de somar com o nosso PDT para fazer com que o Palácio Iguaçu, hoje ocupado por este mesmo senhor que era do PDT e que infelizmente

traiu o PDT, traiu o Paraná e está traindo a vontade maior da população nas consultas populares e nas pesquisas feitas sobre a venda ou não do patrimônio público estadual, nós iremos ter a condição pela qual possamos devolver o Palácio Iguaçu a um homem que, realmente, tenha condições de respeitar o povo paranaense.

O segundo assunto, senhor presidente, é com referência à nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, que juntamente com suas co-irmãs, continuam os servidores num estado de greve, apoiados pelos professores e pelos alunos. Não adianta o Governo do Estado mentir que vai implantar em Ponta Grossa a Faculdade de Medicina. Não adianta o Governo do Estado mentir que vai destinar 43 milhões de reais para o Hospital Universitário e implantação do curso. Que Governo é este que não dá aumento aos servidores? Que não atende aos professores? Que não dá meios materiais para os cursos já existentes? E fala ainda na criação de novos cursos!

Conjuntamente com o deputado que aqui me antecedeu, tenho a certeza absoluta de que o Governo, além de mentir, não tem palavra. A palavra que ele empenhou com os professores do Estado, naquele acordo firmado ali, na Casa Civil do nosso Paraná, não foi cumprido. E nós teremos, senhor presidente e senhores deputados, nos próximos dias, a paralisação total dos servidores da educação do Paraná, principalmente os professores, porque o Governo mentiu! Não cumpriu, realmente, e está numa situação pela qual algum crédito dificilmente ele conquistará, na área da educação, com os professores.

A paralisação de advertência já foi feita. Uma nova paralisação está para ser tomada. E nós estaremos, como sempre estivemos, ao lado das causas que realmente se identificam com a população, porque é inadmissível o estado em que se encontra a educação pública do nosso Paraná. A secretária, por diversas e inúmeras vezes, chamada a compor com a Associação dos Professores, nada mais fez e nada está fazendo para que os objetivos maiores da educação sejam alcançados. E uma de suas últimas medidas, que esta Casa ainda participou, que era aquilo que o ilustre deputado Seleme defende, que é a educação daquele ente querido nosso, seja familiar ou irmão, que tem algum problema físico ou que tem alguma deficiência, naquele ensino especial, quis a secretária fazer com que isto fosse paralisado, mas com a interveniência do senhor presidente Hermas Brandão e deste Parlamento, ela retroagiu e o Governo do Estado anulou aquele decreto já efetivado.

Mais ainda, senhor presidente e senhores deputados, o transporte escolar, aonde a secretária mais uma vez mostrou a sua incompetência e o Governo do Estado demonstrou, através do não atendimento às pequenas e médias comunidades do nosso Paraná, fazendo com que aquele dinheiro, que realmente faz falta a obras, à infraestrutura social, à infra-estrutura de segurança dos pequenos municípios, fossem eles canalizados ao transporte escolar que o Governo do Estado não faz valer a sua presença em termos de cooperação, a não ser uma mínima

parte, e finalizando, desta mesma secretária, agora a escolha dos diretores de Educação no nosso Estado. Totalmente avessa a qualquer sentido de entendimento, a secretária baixa normas que não vão ao encontro da razão, são normas, isso sim, para que faça com que os professores fiquem como estão, rebelados, organizem-se ainda mais para fazer os seus direitos, e nós aqui na Casa teremos a oportunidade, não só de ajudá-los, mas também de participar em todos os atos, em todas as reuniões onde forem reclamadas a nossa presença.

Termino como iniciei, senhor presidente, desejando ao Álvaro Dias e ao Osmar Dias, dias felizes junto conosco, no nosso glorioso PDT!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT. (**Declina**)

PPB, deputado Ribas Carli.

O SR. RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu queria, na tarde de hoje, fazer um registro, um registro histórico, tendo em vista que no dia 13 de setembro nós sediamos a reunião do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul; sediamos aqui na Assembléia, mais precisamente na Sala das Comissões. Tivemos a presença de deputados de diversos Estados, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, do Amazonas, e também os colegas deputados do Paraná.

Naquela reunião discutimos diversos assuntos, e o principal deles foi a pauta que irá acontecer nos dias 3 e 4 de outubro em Belo Horizonte, onde iremos definir a pauta da reunião de Ushuaia, na Argentina nos dias 18 e 19 de outubro.

Eu queria já, aqui, convidar os deputados, não só os membros da Comissão Permanente do Mercosul, como todos os deputados paranaenses, para que façamos uma caravana para irmos até Ushuaia, tendo em vista que de Santa Catarina irão diversos deputados acompanhados de empresários e lideranças empresariais, da mesma maneira de Minas Gerais, de São Paulo e outros Estados, porque também junto com a reunião de parlamentares do Mercosul cria-se a possibilidade de troca de informações na área comercial, cultural, enfim, todas as áreas que envolvem o tratado do Mercosul, mas, o mais importante que aconteceu, ao meu ver, naquele dia 13 de setembro, senhoras e senhores parlamentares, foi a decisão tomada naquela reunião que elegeu Curitiba como a sede da União de Parlamentares do Mercosul, Bloco Brasileiro. Então o Paraná, Curitiba, é a sede da UPM.

Creio que é algo relevante, porque a sede sendo no Paraná, sendo em Curitiba mais precisamente, a sede da União de Parlamentares do Mercosul será na Assembléia Legislativa, na sala de reuniões das Comissões. Creio que é uma conquista do Paraná, tendo em vista que a cada dia mais e mais estados estão se somando à UPM. E também

mais países. O Chile já participa, como observador. E o próximo que demonstra interesse em participar da UPM, é a Venezuela. Estava naquela reunião um convidado que nos trazia a notícia de que o embaixador venezuelano estava fazendo as tratativas para que uma comissão de parlamentares brasileiros fossem até Caracas tratar do ingresso daquele país na UPM.

Era esse o registro que gostaria de fazer, senhor presidente, dizendo que, mais uma vez, o Paraná sai a frente com a decisão, por unanimidade dos deputados presentes de ser a sede da UPM.

Concedo um aparte ao deputado Orlando Pessuti com todo o respeito, pelo seu vasto conhecimento nos tratados internacionais e nas questões ligadas aos Legislativos.

Tenho certeza que seu aparte irá enriquecer e muito o nosso pronunciamento.

O Sr. Orlando Pessuti

Quero cumprimentá-lo e os demais parlamentares desta Casa, da Comissão do Mercosul e aqueles que têm acompanhado, juntamente com V. Exa. nas reuniões da UPM, os deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Cesar Seleme.

Dizer que, pessoalmente, concordo com as afirmações e considerações feitas por V. Exa., no sentido de que nós, paranaenses, teremos que ser um pouco mais agressivos na nossa participação nessas reuniões que estão acontecendo no Brasil e fora dele.

Temos notícias, e pudemos verificar pessoalmente quando fomos a Florianópolis em setembro, na reunião do Parlasul, da importância que Santa Catarina tem dado a esse intercâmbio, a esse trabalho conjunto de parlamentares da América do Sul, dentro da UPM. O deputado Ivan, da Assembleia de Santa Catarina, mostrou-nos um exemplar de um jornal dando contas de todo o intercâmbio que se estabeleceu posteriormente à reunião da UPM no Chile, mostrando o intercâmbio entre empresas e empresários de Santa Catarina e do Chile, troca de experiências, de informações, os protocolos que estão sendo firmados e os negócios que já estão sendo realizados.

É de fundamental importância que, nós os paranaenses, tendo agora V. Exa. presidindo esta entidade, tendo a sede da UPM aqui nesta Casa, aqui no nosso Estado, que possamos nos somar a V. Exa. a aos demais integrantes da UPM. Que possamos não só nos fazermos presentes, mas fazermos negócios, intercâmbios que interessam ao Estado do Paraná.

Lembro-me das muitas vezes que fui a esta tribuna falar do nosso trabalho enquanto presidente da UNALE, do nosso trabalho e de outros companheiros dentro do Parlasul, da nossa participação na Conferência Parlamentar das Américas, e que realizará agora no mês de novembro, no Rio de Janeiro, a sua conferência, com a presença de parlamentares de 34 países das três Américas.

Então, não podemos permanecer discutindo apenas, como dizem, muitas vezes alguns parlamentares:

“dentro destas quatro paredes”! Temos que ir além das nossas fronteiras estaduais, além das nossas fronteiras internacionais, para conquistar uma posição de melhor destaque político ao nosso Estado. Mas, também, conquistar uma melhor posição nos negócios que interessam ao Estado do Paraná.

E, na condição de paranaense, faço agora um apelo a V. Exa., na condição de presidente da União Parlamentar do Mercosul, para que agilize as questões que foram propostas na reunião que tivemos no último dia 13, aqui nas dependências da Assembleia Legislativa; para que também faça com que sejam agilizadas as reivindicações, sugestões que aprovamos lá em Santa Catarina na reunião do Parlasul, no sentido de que possamos ter das nossas autoridades federais, das nossas autoridades nacionais, um tratamento e uma atenção especial para aquilo que vem ocorrendo na cidade de Foz do Iguaçu e na Cidade de Leste.

Esse confronto, esse conflito, essa quase agressão que brasileiros estão sofrendo; que paraguaios estão sofrendo; nessa dificuldade de resolver o impasse daqueles que trabalham na Cidade de Leste, obrigando muitas vezes o fechamento da Ponte da Amizade.

Que esse assunto seja realmente, também um dos itens, uma das propostas de pauta de trabalho da União Parlamentar do Mercosul; porque esse assunto está também ligado a tudo aquilo que deve ser tratado dentro da União Parlamentar do Mercosul.

Conte conosco sempre, que seremos sempre aliados dessa luta em favor de ampliarmos o nosso trabalho com os países do Mercosul; com os parlamentares e empresários do Mercosul.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Pessuti, muito obrigado pelo aparte.

Quero lhe afirmar e reafirmar aquilo que dizia antes do seu aparte, de que, em função do seu relacionamento, do seu conhecimento dessas questões, a sua presença será sempre muito importante nesses eventos.

E olha, já lhe garantindo algo, que também o senhor acaba de relatar: as questões que envolveram essa discórdia que houve na fronteira com o Paraguai, será tema. Nós já incluímos na pauta de Ushuaia, porque dentro da União de Parlamentares do Mercosul, temos diversas comissões temáticas para tratamento e avocamos, não como presidente, porque na verdade, não sou presidente da União de Parlamentares do Mercosul; sou secretário geral do bloco brasileiro, mas, solicitamos a Comissão Temática de Direitos Humanos.

E gostaria de lá, na reunião em Ushuaia, ter a companhia de mais deputados, para que pudéssemos levar essas aflições hoje, dos nossos irmãos da região fronteira com o Paraguai e por conseguinte de todos os nossos irmãos brasileiros, tanto com os irmãos dos países que formam e compõem o Mercosul.

E a importância de deputados é fundamental, porque na verdade, o Mercosul é um acordo político. Em um

momento que vivemos uma crise econômica no Mercosul, quando assistimos a Argentina praticamente quebrada, se dissermos assim, tenho dito, que a Argentina está tal qual um doente na UTI, quando está com todos os equipamentos ligados, só que não tem ninguém com coragem suficiente para desligar os aparelhos, porque a Argentina não tem outra saída.

As nossas dificuldades com a Argentina, dificuldades da política de câmbio, quando lá adota uma política de câmbio fixo, de dolarização, de paridade de um por um, nós temos uma política de câmbio variável, tudo isso dificulta o entrosamento e o desenvolvimento econômico em um bloco. Mas não podemos deixar o Mercosul - que foi um acordo político, uma questão política, acabar pela ausência da discussão, pela ausência de parlamentares discutindo assuntos fundamentais.

Por isso queria, mais uma vez, solicitar a todos os deputados: iremos passar a pauta dessas reuniões, tanto da reunião de Belo Horizonte como da reunião que será lá em Ushuaia, na Argentina.

Ushuaia, não conheço, mas por informações, é a cidade mais austral do mundo, ela situa-se a mais de dois mil quilômetros ao sul de Buenos Aires. Será lá realizada essa reunião da União de Parlamentares do Mercosul, porque será eleito o novo presidente da UPM, que desta vez será um brasileiro, tendo em vista que a presidente atual é uma senadora argentina.

Então, fica aqui o convite, fica aqui o relato, fica aqui a nossa alegria em poder contar aos senhores, e deixar registrado nos Anais desta Casa, que Curitiba tornou-se a sede do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSL, PFL.

PSDB, deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados.

Desde quarta-feira que venho, em nome desta Casa, em nome de V. Exa., juntamente com o deputado Chico Noroeste, acompanhando o difícil momento que estamos vivendo naquela região de fronteira, entre Foz do Iguaçu e Cidade de Leste.

Na terça-feira houve, como é de conhecimento da Casa, agressões, conflitos violentos entre manifestantes e policiais, prisão de cinco manifestantes pela Polícia Federal, quando foi lavrada autuação. Tivemos que pagar fiança. Inclusive, para liberar esses manifestantes, gente que foi para no hospital, tudo em decorrência, principalmente, da crise econômica e particularmente o desemprego, que é uma verdadeira calamidade pública naquela região de fronteira.

Só para registrar a atitude do movimento sindical, apoiado fortemente por partidos políticos do lado do Paraguai, emparedou o governo paraguaio. E o governo

paraguaio, que no primeiro momento agiu com violência, na sequência cedeu. Cedeu a todas as reivindicações, sob pressão do movimento grevista do lado do Paraguai.

E um dos itens acordados entre o movimento sindical e político do lado do Paraguai, com o governo paraguaio, prevê que os cidadãos brasileiros que trabalham hoje na Cidade de Leste, não poderão mais trabalhar, sob pena de serem presos.

Uma verdadeira violência, em um momento como esse que se fala em acordo de países do Bloco do Mercosul, cidadãos brasileiros sendo deportados, presos, colocados em viaturas, atravessando a ponte e sendo entregues para a Polícia Federal, do lado brasileiro!

E a pressão continua, senhor presidente!

Mais de cem pessoas já foram mandadas de volta do Paraguai para o Brasil.

Hoje ainda tive acesso a um formulário do Ministério do Trabalho do Paraguai, e o cabeçalho deste formulário, fala em "termo de expulsão do cidadão brasileiro que trabalha no Paraguai".

Um documento oficial do governo paraguaio falando em expulsão, de forma totalmente arbitrária, contra todo e qualquer tratado de acordo entre países, e com certeza, totalmente contrário à própria legislação do paraguaio.

Porque não é assim para se expulsar uma pessoa de um país, por mais grave o crime que a pessoa tenha cometido. Tem todo um procedimento, toda uma formalidade.

Lamentavelmente, senhor presidente, senhores deputados, de terça para quarta, continuou o movimento, solução nenhuma; quarta para quinta, continuou o movimento, solução nenhuma; sexta para sábado, continuou o movimento; no sábado pela manhã, diversas reuniões, houve uma comitiva de lideranças do lado brasileiro que foi até Assunção.

Conversaram com o governo paraguaio, que assumiu o compromisso de flexibilizar a fiscalização do lado da Cidade de Leste. Quem foi para Assunção trouxe a notícia; o movimento sindical disse que não acata a decisão do governo central paraguaio e não ia haver flexibilização nenhuma, como de fato até hoje não está havendo.

Hoje pela manhã, já a partir da meia-noite, voltou a manifestação, voltou o trancamento da ponte e continuamos lá, sob aquele clima de tensão, correndo risco de violência física e uma série de problemas que podem acontecer naquela região.

Tenho informação que vai haver uma reunião em Brasília e que algumas lideranças políticas, empresariais, sindicais do próprio movimento estarão indo para lá. Estou pegando mais informações para registrar, inclusive, o que vai ser feito nessa reunião. Mas gostaria de deixar claro aqui nesta Casa, por mais que se ache uma solução momentânea para esse episódio da expulsão dos trabalhadores que estão trabalhando no comércio do Paraguai, não vai ser uma solução definitiva para o grande problema de desemprego naquela região. Pesquisas lá feitas,

indicam que 60% da capacidade trabalhadora de Foz do Iguaçu está hoje desempregada. Um verdadeiro caos, uma calamidade pública e o problema gerador de todos esses conflitos é exatamente a falta de emprego.

Vejo só uma solução de pronto, de imediato, para amenizar esse problema, mas de imediato, ato contínuo, parcerias, Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Governo do Estado, Governo Federal, municipalidade de Ciudad del Este, Governo de Alto Paraná, Governo do Paraguai, se juntarem e criarem formas alternativas e emergenciais para resolver o problema de desemprego naquela região.

Mais do que isso, uma política de médio e longo prazo que vise garantir os empregos àqueles trabalhadores que lá estão.

Nunca é tarde lembrar que o desemprego, o caos que se instala naquela região e, basicamente, por ações ou omissões dos governos, de um modo geral, tanto a nível de município, a nível de Estado, quanto a nível federal, que ao longo do tempo não adotaram sequer uma única atitude política para geração de empregos naquela região. E aí a situação, naturalmente, se agrava.

Tenho defendido, inclusive, senhor presidente e senhores deputados, que os Royalties de Itaipu, que são carregados para aqueles municípios da região, não só para Foz do Iguaçu, sejam aplicados em projeto de recuperação econômica e geração de emprego e renda para aquela população.

Afinal de contas, os Royalties estão sendo repassados, àqueles municípios pela própria Constituição, pela própria legislação federal e pelas Leis Orgânicas dos Municípios para recuperar a economia, para recuperar os prejuízos que a região sofreu em decorrência do alagamento de Itaipu, e os problemas sociais lá criados, lá gerados.

Portanto, senhor presidente, como presidente daquela Comissão, dou satisfação à Casa, do trabalho que estamos fazendo.

Estarei acompanhando *pari passu* o movimento, procurando principalmente evitar violência entre manifestantes e policiais, coisas que até o presente momento estamos conseguindo e também tomando atitudes claras e contundentes de cobrança de quem tem a responsabilidade de adotar políticas para gerar os empregos que aquela região precisa.

Portanto, senhor presidente, estamos cumprindo a determinação desta Casa, inclusive de acompanhar *pari passu* o que se passa naquela região da Ponte da Amizade.

Estivemos lá durante semana passada, deputado Chico Noroeste, houve uma reunião aqui em Curitiba. No meu ver não apontaram uma solução definitiva mas a criação de uma comissão, para gerar os empregos, para procurar alternativas. Tudo isso é válido, mas temos que andar mais e de forma concreta, objetiva, acharmos a alternativa para gerarmos empregos naquela região da fronteira do Brasil e do Paraná com o Paraguai.

Concedo aparte ao deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste

Só para ressaltar que estive na reunião aqui, no Palácio Iguaçu, que o governador Jaime Lerner convocou, convidou o ministro do Trabalho lá de Cidade de Leste, participou também o presidente de Cidade de Leste, o presidente da Câmara lá da Cidade de Leste, o prefeito também de Foz do Iguaçu, Sâmis da Silva, e naquela reunião foi combinado, foi acertado que teríamos pelo menos o mínimo, que seria a flexibilização. O ministro do Trabalho disse que, chegando lá em Assunção, no Paraguai, expediria orientação para o Ministério do Trabalho, para que estabelecesse essa flexibilização, mas infelizmente nada aconteceu.

V. Exa. inclusive, participou conosco da reunião na Câmara Municipal, participaram lá as autoridades da Cidade de Leste, e infelizmente, não aconteceu nada!

E hoje, ocorreu novamente uma reunião na Cidade de Leste com a participação do Executivo Municipal, do Legislativo Municipal e eu não pude mais, mandei um representante, e não houve acordo nenhum!

Naquela reunião reivindicamos que eles pudessem nos dar uma trégua de 30 dias, mas, infelizmente, nada aconteceu por parte das autoridades paraguaias: estão irredutíveis! Daqui a pouco, às 17h00, ocorrerá uma reunião em Foz do Iguaçu, desta vez com a participação das autoridades do Paraguai, aqui também do Governo, onde participarão três secretários do governador Jaime Lerner, outras autoridades, no sentido que possa dar continuidade, ou seja, iniciar os trabalhos daquela Comissão, a qual estudará todos os problemas existentes para posteriormente indicar as soluções.

E amanhã, como bem disse V. Exa. terá essa reunião no Senado Federal, inclusive pretendo participar, mas, parece que os problemas se arrastarão por algum tempo ainda, infelizmente.

E eu não vejo, deputado Sérgio Spada, felicidade, nem do povo do Paraguai, nem do povo de Foz do Iguaçu.

E se persistir esse movimento se persistirem essas manifestações, essa mobilização, eu não vejo como podem ser felizes os dois povos, tanto do Paraguai, quanto de Foz do Iguaçu. Eu não vejo paz, pelo menos a curto prazo.

Portanto, eu tenho a minha posição de defender que a mobilização, que a manifestação continue, para que possa continuar chamando a atenção das autoridades competentes.

O SR. SÉRGIO SPADA

Eu agradeço seu aparte, que é esclarecedor e complementou as minhas palavras.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que realmente não é fácil, mas tem que se achar uma saída, uma solução.

As autoridades constituídas, principalmente os Poderes Executivo, Município, Estado, União, canta na mão, chave do cofre, recurso, têm que apontar alternati-

vas urgentes para minimizar o sofrimento daquela população.

E, de imediato, alguma alternativa de negociação que está muito difícil, diga-se de passagem, porque há uma espécie de rebeldia das lideranças políticas constituídas com o prefeito da Cidade de Leste, o presidente da Câmara, que fazem o jogo fechado do movimento grevista do lado paraguaio, e que não atendem apelos ou orientação do Ministério do Trabalho Paraguai, nem mesmo do presidente da República do Paraguai. Aí está gerando esse impasse, continua a fiscalização e o problema cada vez se agravando mais naquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PTB. (**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 senhores deputado.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria dos senhores deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri, constante do expediente. (**Encaminhado ao Departamento Legislativo, para se manifestar.**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria falar com o deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni, eu queria, primeiro cumprimentar a Mesa, o senhor presidente, V. Exa. deputado Valdir Rossoni, e o deputado Anibelli pelo trabalho que têm feito para melhorar a Assembléia Legislativa.

O deputado Valdir Rossoni, tem trabalhado muito, inclusive para fazer os 200 mil votos como deputado estadual, que é o seu projeto.

Mas, eu queria, deputado pedir a V. Exa. que está aqui hoje no Plenário, que mande, determine, com rapidez arrumar o som da Casa. Está muito ruim, está horrível, para usar da palavra, inclusive para se comunicar com os gabinetes.

Eu sei que V. Exa. é competente, e gostaríamos que ouvisse o nosso clamor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu informo a V. Exa. e aos demais parlamentares que a Mesa Executiva está providenciando, está em contato com diversas empresas, para procedermos a Carta-Convite, para que possa realmente resolver definitivamente o problema de som nesta Casa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 320/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação do Clube de Mães Santa Luzia do Bairro Monte Castelo, com sede no município de General Carneiro e foro na comarca de União da Vitória. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 321/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 340/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Irmã Helena com sede e foro no município de Agudos do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13/08/2001).**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o acompanhamento dos procedimentos a serem adotados a respeito das conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.** CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de Marialva - Cesorema, com sede e foro no município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998. (Substituição da Frota Oficial do Estado). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **O projeto recebeu Emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que denomina a Ciretran de Cambé de "Alcebíades Zotarelli". COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Instituto da Fraternidade Universal, com sede e foro no município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a (ACAP) Associação de Cooperação Agrícola e reforma Agrária do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Casa do Apoio Sete Anjos, com sede e foro em Colombo-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Jardim Acrópolis, com sede e foro no município de Curitiba-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 280/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 091/2001, de 26/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 283/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Rio Bonito, com sede no município de Guamiranga e foro na comarca do município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 304/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2001, que dispõe que os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, serão aplicados através das municipalidades, e não integrarão a base de cálculo para efeito da Lei nº 11741/97 e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 165/2000, de 17.11.2000 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 335/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 335/2001, com origem na Mensagem nº 28/2001, do Governo do Estado, estabelece que as próprias municipalidades aplicarão os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, a partir da integralização deste à Agência de Fomento do Paraná S/A, e eleva de cinco para seis, o número de membros dessa importante Agência.

Dada a importância da matéria e considerando a compatibilidade com ordem jurídica, esta Comissão é de parecer favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 17.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 335/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, dispõe que os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, serão aplicados através das municipalidades, e não integrarão a base de cálculo para efeito da Lei nº 11741/97 e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para discutir)

Senhor presidente, o presente projeto do governo, já foi objeto de discussão aqui nesta Casa.

A princípio, a minha tendência e da Bancada do PT, é de se manifestar contrários ao presente projeto. Mas, antes de consolidar uma opinião, gostaríamos de saber qual a razão da modificação do presente artigo? Porque o artigo 3º, da forma como está subscrito o presente projeto do governo, retira expressamente a necessidade de o governo, na Agência de Fomento, aplicar 25% dos recursos, para os micros, pequenos e médios empreendimentos, no Estado do Paraná.

É sabido que as micros e pequenas empresas no Estado do Paraná, estão completamente desamparadas. A argumentação no presente projeto é que seria transferido isso para os municípios. Mas os municípios, pelo que me consta, não terão como fundo de aval, não poderão fazer a direção de uma forma mais técnica, mais competente, para readequar esses recursos para as micros e pequenas empresas no Estado do Paraná. E não sei se assumiriam tal responsabilidade de se constituir quanto fundo de aval.

No projeto anterior está inclusive como garantia de aval, que o governo do Estado poderia liberar este montante de recursos.

Se for mantida a redação que está no presente projeto, gostaria que a Bancada do PT acompanhasse o nosso voto que é contrário ao presente projeto. Em que pese o conjunto do projeto, não temos nada a obstar, mas a garantia de precaver que o montante desse recurso seria destinado para as micros e pequenas empresas, nos parece sábia a legislação que apontou isso, há questão de dois anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, e senhores deputados.

Nobre deputado Ângelo Vanhoni, só a título de esclarecimento, com relação a esse projeto, a lei que criou a Agência de Fomento previa que todo o aumento de capital, de todos os recursos aportados na Agência de Fomento, obrigatoriamente 25% desses recursos deveriam ser destinados à iniciativa privada, para financiar as pequenas e microempresas.

Como os recursos do FDU - do Fundo de Desenvolvimento Urbano serão agora transferidos como aumento de capital, para a Agência de Fomento, nós entendemos que para preservar essa maravilha que é financiar os municípios do Paraná, com os recursos oriundos do FDU e, que esses recursos serão gerados exclusivamente, pelos recursos que voltam dos pagamentos dos municípios, para, agora sim, a Agência de Fomento, é justo que esse recurso se destine exclusivamente para financiar o setor público do Paraná.

Até porque a iniciativa privada, deputado Ângelo Vanhoni e senhores deputados, pode ter apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Há recursos inclusive para as microempresas do Paraná, e para as pessoas individuais através do Banco Social, recursos do FAX (?).

A iniciativa privada, a micro e pequena empresas já têm apoio não só do Governo Federal, mas do Governo do Estado, para financiar a iniciativa privada.

No setor público, até pelas restrições impostas pelo Banco Central, contam exclusivamente hoje com os recursos do FDU ou de financiamentos internacionais, como o Paranaurbano, o Paranaidade, que está sendo aplicado, razão pelo qual, se os recursos são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerado exclusivamente pelos municípios e a Agência de Fomento vai substituir o Banestado na contratação dessas obras, estamos apelando para que esses recursos sejam aplicados exclusivamente, deputado Pessuti, nos municípios do Estado do Paraná.

Razão pela qual, essa é a única exclusão, só para os recursos oriundos do FDU. Os demais, a Agência de Fomento continuará tendo sempre 25% dos recursos lá aportados para financiar a iniciativa privada.

Acredito que com esse esclarecimento tornar-se-á mais fácil a aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, os deputados que aprovam em 1ª Discussão. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria que o senhor registrasse o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 366/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Cosap - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 367/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Cosap - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede e foro no município de Novo Itacolomi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede e foro no município de Novo Itacolomi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu tenho uma preocupação em relação a esse projeto, item 19 da pauta. Diz aqui na súmula e também faço a mesma questão de ordem com relação ao item nº 03. Infelizmente eu tinha anotado isso no gabinete, mas não tive tempo de falar com V. Exa..

O item nº 03, redação final do Projeto de Lei nº 340/2001, diz: “declara de Utilidade Pública o Centro de Reabilitação Helena, com sede e foro no município de Agudos do Sul”.

Pelo que me consta, Agudos do Sul não é sede de comarca, pertence à Fazenda Rio Grande.

A exemplo também do item 19, que diz: “com sede e foro no município de Novo Itacolomi, quer dizer, sede no município de Itacolomi e foro na comarca de Apucarana.

Então, eu não sei se apenas a súmula está publicada de forma incorreta ou se a redação final não teve esse cuidado de corrigir o projeto elaborado pelos deputados Miltinho Pupio e Serafina Carrilho.

Na Sessão da semana passada, na Comissão de Redação, diversos projetos foram por nós corrigidos nesses detalhes, mas talvez, esses dois tenham passado despercebidos.

Faço esta questão de ordem, porque, ou a súmula está publicada de forma incorreta, ou a Redação Final não se apresenta de forma correta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Infelizmente a Redação Final está incorreta, no item 3.

Nesse projeto agora, do deputado Miltinho, faremos uma Emenda para fazer a correção.

Estamos votando somente a constitucionalidade.

Em votação a constitucionalidade.

Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, item nº 20, como também os itens 21 e 22, 1ª discussão dos Projetos de Lei nºs 379/2001, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 380/2001 e 1ª discussão do Projeto de Lei nº 399/2001, essas três mensagens não passaram pela Comissão de Orçamento.

Eu peço que sejam retiradas da Ordem do Dia e que passem pela Comissão de Orçamento. O Regimento Interno é claro no artigo 33, parágrafo 4º que diz: “cabe à C.O. manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado e do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do Orçamento em vigor; fiscalização de execução de Orçamento e abertura de crédito”.

Eu não estou entrando no mérito, mas, como presidente da Comissão de Orçamento e até porque...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu pergunto a V. Exa. se poderemos votar a constitucionalidade e posteriormente, encaminhar a V. Exa. para que sejam feitos pareceres na Comissão de Orçamento?

O SR. CEZAR SILVESTRI

Da minha parte não vejo obstáculo.

Só peço a V. Exa. para que oriente aos assessores da Mesa Executiva para que isso não se repita, até porque o líder do governo é o relator da Comissão de Orçamento e temos procurado valorizar a Comissão e todas as tramitações que forem necessárias, Comissão, têm sido feitas de forma rápida e não têm atrapalhado o serviço legislativo da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Se V. Exa. concordar, nós votaremos a constitucionalidade e retiraremos da pauta de amanhã para que seja encaminhado à Comissão de Orçamento.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

No mesmo sentido também faria essa mesma interpeção à Mesa. São projetos que têm que passar pelas Comissões, acabam não passando, vêm para a Ordem do Dia e depois cria-se esse impasse aqui no Plenário. Um pouco mais de cuidado na feitura da Ordem do Dia!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu também gostaria de pedir ao líder do Governo e já fizemos isso em conversa pessoal que ele pedisse ao

governo, explicações detalhadas, até para que se cumpra a LDO que determina que as obras devem ser especificadas e na Mensagem do Governador, pedindo a suplementação orçamentária, não está claro quais obras serão canceladas e quais serão acrescidas e isso fere a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, pedi ao líder Durval Amaral, que traga a esta Assembléia o detalhamento das obras e por isso concordo com a sua posição, de aprovarmos a constitucionalidade das matérias, porque elas são constitucionais, e aguardar então esse adendo, que deverão ser discutidos na Comissão de Orçamento e também aqueles detalhes que o deputado Durval Amaral deverá trazer a esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Votaremos então com a concordância de V. Exas., só a constitucionalidade da matéria e encaminharemos à Comissão de Orçamento e só colocaremos na pauta após a devolução para a Comissão de Orçamento.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2001, que aprova crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta e nove mil e quinhentos reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 379/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta e nove mil e quinhentos reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 379/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar sobre o projeto de lei de autoria do Poder Executivo, o

qual visa aprovar um crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta e nove mil e quinhentos reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. Não há o que impeça a sua normal tramitação.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2001, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 380/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre a aprovação de um ajuste no Programa de Obras no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 380/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a se manifestar sobre o projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a aprovação de ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$1.312.780,00 (hum milhão, trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais) ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, conforme especifica. Não há o que impeça a sua normal tramitação.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2001, que dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04/09/2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 399/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 399/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo de mensagem do Poder Executivo, dispõe sobre a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O referido projeto cancela recursos da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, que seriam aplicados na construção do Parque Metropolitano do Iguaçu e na transformação do Parque Castelo Branco em Parque da Ciência. Os recursos para a construção destes parques eram provenientes da fonte 25 (Copel).

A pretendida suplementação abre novos créditos junto à Secretaria de Segurança Pública para construir a Cadeia Pública de Curitiba e a Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, sendo os recursos tomados da fonte 2000, Tesouro do Estado.

Embora tenha vindo ao conhecimento público nos últimos dias, situações de desmandos e evidente malver-

sação de recursos públicos, por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado, relacionados à compra de motonetas, que se revelaram ineficazes e inviáveis economicamente pelo altíssimo custo de manutenção, bem como, o projeto das câmaras de vídeo implantadas nas viaturas, que consumiram quase um milhão de reais aos cofres públicos e que não está funcionando pelo fato de que a empresa responsável faliu, sem mencionar o desvio das jaquetas para a PM e tantos outros.

Não obstante, dada a emergente necessidade de se ampliar os presídios, entendemos que a pretendida suplementação orçamentária deve ser aprovada por esta Comissão.

Face ao exposto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2001, que objetiva retribuir os créditos tributários relativos ao ICMS, sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, lançados até 31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam, iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10/09/2001 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 410/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo retribuir os créditos tributários relativos ao ICMS, sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, lançados até 31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam, iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 410/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, objetiva retribuir os créditos tributários relativos ao ICMS, sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, lançados até

31 de julho de 2001, cujos valores, atualizados, sejam, iguais ou inferiores a R\$55,00 (cinquenta e cinco reais).

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

O SR. PREIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 3036, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, com apoioamento dos senhores deputados Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n 3037, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Ademir Bier e Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3038 e 3039, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3041, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3043 a 3045, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3048 a 3053, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3054 a 3056, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3059, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3061 a 3065, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3066, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Prejudicado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3067 a 3070, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3071, de autoria dos senhores deputados Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira dia 25, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 325/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 279, 301, 302, 308 e 322/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280, 283, 304, 335, 366, 367, 370 e 410/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 444/97; do Projeto de Lei Complementar nº 737/97, e dos Projetos de Lei nºs 298, 558/99; 285, 305, 384 e 385/2001.

Levanta-se a Sessão.